Publique-se
Distribua-se
Celeste Correia
15.12.2010

Assembleia da República
Gabinete do Presidente
Nº de Entrada 381392
Classificação
050102
Data
10/12/11

PS
GRUPO PARLAMENTAR

VOTO Nº 84/XI/2.ª

À DAPLEN
10.12.11

Voto de ~~apoio~~ saudação ao reforço da coordenação de políticas económicas na UE e à criação de uma Agência Europeia de Dívida

A crise económica e financeira dos últimos três anos tornou clara a necessidade de alterar profundamente a coordenação das políticas económicas na União Europeia. Em Março de 2010 o Conselho Europeu decidiu, por isso, rever o Pacto de Estabilidade e Crescimento, reforçando-o e alargando-o, de forma a permitir um quadro macroeconómico estável que promova o emprego, o crescimento e o bem-estar social.

O alastramento da crise aos mercados de dívida soberana levou a União Europeia e os Estados Membros da zona euro a complementarem a reforma do Pacto com um conjunto de medidas em defesa da moeda comum. Estas medidas incluem um extenso pacote de auxílio financeiro à Grécia, a criação do Mecanismo Europeu de Estabilidade Financeira, garantido pelo orçamento comunitário, e a criação da Facilidade Europeia de Estabilidade Financeira, garantida pelos Estados Membros da zona euro. Ambos foram já utilizados em apoio da Irlanda. Ainda assim, a instabilidade na zona euro agravou-se, passando a assumir um carácter sistémico. Em resposta, o Conselho Europeu decidiu em Outubro criar um mecanismo permanente de estabilidade financeira para a zona euro.

Outras medidas têm vindo a ser equacionadas. Recentemente, Jean-Claude Trichet, Primeiro-ministro do Luxemburgo e Presidente do Eurogrupo, e Giulio Tremonti, Ministro da Economia e Finanças de Itália, defenderam a criação de uma Agência Europeia de Dívida.

Ao longo de mais de cinquenta anos, a União Europeia tem demonstrado que é na adversidade que encontra as suas maiores forças. Várias vezes no passado, as dificuldades – económicas e políticas – foram transformadas em oportunidades para aprofundar o processo de integração europeia. Uma agência europeia de dívida, apoiada pelo conjunto de reformas em curso, será uma verdadeira resposta europeia a um problema europeu. Uma resposta sistémica a um problema sistémico. É importante que seja adequadamente debatida nos próximos meses pelas várias instâncias comunitárias.

A Assembleia da República exorta os Estados-Membros a promoverem este debate, no mais curto prazo de tempo possível.

AR, 2010-12-15

OS DEPUTADOS

Maria Manuela Augusto
Francisco de Assis
Hortense Martins